



# MPDFT

em revista

Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

## DIREITOS HUMANOS NA PAUTA DO MPDFT



- ⇒ **ONU aprova Conselho de Segurança Escolar**
- ⇒ **Programa de Gestão Ambiental trabalha inclusão social**
- ⇒ **Rede de informação apóia deficientes**





**Publicação do Ministério Público  
do Distrito Federal e Territórios**

Eixo Monumental - Praça do Buriti,  
Lote 2, Edifício-Sede  
Brasília-DF Cep 70091-900  
Telefones: (61) 3343-9604/3343-9601/  
3343-9690  
Fax: (61) 3344-8251  
www.mpdft.gov.br

**Procurador-Geral de Justiça**

Rogério Schietti Machado Cruz

**Vice- Procurador-Geral de Justiça**

José Firmo Reis Soub

**Corregedora-Geral**

Marineta Maria da Silva

**Chefe do Gabinete**

Carlos Alberto Cantarutti

**Diretor-Geral**

Antonio Marcos Dezan

**Conselho Editorial**

Luisa de Marillac Xavier dos Passos Pantoja  
Fabiana Costa Oliveira

**Coordenação do Projeto**

Assessoria de Comunicação do MPDFT  
Conchita Rocha

**Produção Editorial**

Ad People Comunicação

**Fotografias**

José Evaldo Gomes Vilela  
Alex Sousa

**Edição e Reportagem**

Jaime (Gesisky) Deconto  
Registro Profissional - MG 04871JP

**Redação**

Daniella Bezerra de Carvalho  
Flávia Gomes Gonçalves

**Impressão**

Gráfica Editora Aliança

**Revisão**

Adriana Custódio

**Tiragem**

2.500 exemplares

# Editorial

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem dedicado particular atenção à temática dos Direitos Humanos, procurando reforçar o trabalho que já realiza em suas procuradorias e promotorias de justiça, cuja ação, como não poderia deixar de ser, é sempre voltada à defesa dos direitos do homem e da cidadania.

As relações entre o Estado e o indivíduo quase sempre foram marcadas pela dominação, opressão e vilipêndio a este último. Mas esse Estado, identificado como Leviatã, cada vez mais deve assumir a elevada função de propiciar aos cidadãos o desenvolvimento de suas potencialidades, permitindo-lhes expressar suas virtudes e habilidades e a exercer seus direitos fundamentais.

Qualquer ação, humana ou institucional, que se oponha, injustificadamente, ao livre desenvolvimento da personalidade deve ser combatida, sob as regras e limites do Estado de Direito, com o equilíbrio, a racionalidade e a sensibilidade próprias da herança iluminista.

O Ministério Público, inserido nesse contexto, fortalece sua legitimidade perante a sociedade quando avança, com as armas da democracia republicana, na defesa dos segmentos da população que, por sua fraqueza estrutural ou conjuntural, e também pela ausência de voz própria ou representada, ficam à mercê dos interesses eleitoreiros ou mesmo da sorte, desprotegidos contra os abusos de que são vítimas tanto por ações de terceiros quanto do próprio Estado.

Em uma sociedade civil ainda pouco organizada, e ante um Estado que amiúde ignora os mais mezinhos direitos de seus cidadãos - que, assim, permanecem na servil condição de súditos do rei - o Ministério Público anseia por diminuir, com o trabalho de seus membros e servidores, a sensação de abandono que muitos infelizmente ainda experimentam. Podemos reverter esse quadro. Basta acreditar e agir.

**Rogério Schietti Machado Cruz**  
**Procurador-Geral de Justiça**

## Segunda Sim

# MPDFT cria mais um espaço cultural em Brasília

O Ministério Público do DF e Territórios abriu espaço para apresentações musicais gratuitas e abertas à comunidade durante uma segunda-feira por mês, sempre às 19 horas. O projeto estreou dia 20 de fevereiro com um recital de piano e flauta dos músicos Roberto Souza Ramos e Thales Silva. A iniciativa faz parte do projeto Segunda Sim, que visa a transformar o auditório do edifício-sede da instituição em um novo espaço para a difusão



de cultura no Distrito Federal. O projeto Segunda Sim prevê apre-

clássica, que poderão divulgar seu trabalho, inclusive, por meio da venda de discos e distribuição de material promocional. O auditório, que tem 428 lugares e dispõe de um piano de cauda, também poderá receber apresentações de dança e teatro. Os artistas interessados em participar do projeto podem se inscrever ou pedir mais informações pelo endereço [cerimonial@mpdft.gov.br](mailto:cerimonial@mpdft.gov.br).

sentações de estudantes de escolas de música da cidade e de músicos profissionais de jazz, MPB e música



## Paternidade

Nos dias 23 e 24 de março, o MPDFT atendeu a cerca de 700 mães que fizeram o registro de nascimento de seus filhos em cartórios do DF sem o nome do pai. No atendimento, as promotoras de justiça da Profide iniciaram o procedimento de investigação da paternidade a partir das informações prestadas pelas genitoras. A Profide criou, no final do ano pas-

sado, um fundo para subsidiar o pagamento dos exames de DNA para fins de paternidade. A intenção é ajudar milhares de mães que buscam a comprovação da paternidade dos filhos e que não possuem meios de custear o exame de DNA. Os recursos do fundo vêm da aplicação de penas alternativas dadas pelo Juizado Especial Criminal.



## ONU recomenda: conselhos de segurança escolar fazem bem à sociedade

**Modelo desenvolvido pelo MPDFT poderá ser adotado em todo o país**



**Os** Conselhos de Segurança Escolar criados pelo MPDFT em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e com a Secretaria de Educação do Distrito Federal deverão ser o modelo para as escolas públicas de todo o país que enfrentam problemas de violência em suas localidades. Essa foi uma das recomendações do relatório de avaliação do projeto de criação dos conselhos, encomendado pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes - UNODC. O documento aponta que, onde foram instalados, os conselhos ajudaram a melhorar a vida de milhares de alunos, pais, professores e vizinhos das escolas públicas.

Foi o caso dos centros de ensino fundamental - CEF 20 e 60, de Ceilândia, dos CEF 619 e 123, de Samambaia, e do Setor Leste, na

Asa Sul. A partir dessas escolas começou a experiência de implantação dos conselhos de segurança escolar, que foram acompanhados

***“os conselhos de segurança escolar ajudaram a melhorar as condições para alunos, professores, pais e comunidade”***

de perto pelos promotores de justiça Rubin Lemos e Luisa de Marillac Xavier dos Passos, do MPDFT.

A idéia inicial era criar mecanismos que envolvessem toda a comunidade e o poder público na busca de soluções para os problemas de violência nas regiões próximas às escolas e até mesmo dentro das salas de aula, principalmente no turno da noite. Depois de assinado um

protocolo entre as secretarias de Segurança Pública e de Educação e o MPDFT, o passo seguinte foi articular as lideranças escolares, os familiares dos alunos e os membros do Batalhão Escolar para estabelecer as bases de funcionamento dos conselhos.

Algumas escolas decidiram abrir espaço em seus conselhos para ONGs locais, associações de bairro e igrejas. Assim começava a se refazer o tecido social desgastado pela desagregação comunitária e pela ausência do poder público.

Organizados, os conselhos passaram a mapear e a discutir os problemas específicos de cada comunidade escolar e a melhor forma de enfrentar a situação. Soluções negociadas e entendimento foram as guias desse processo. Aos poucos, a comunidade se envolveu. Os papéis institucionais co-

meçaram a ser revistos. Soluções, muitas vezes simples, começaram a aflorar.

Se o problema eram as drogas, informação e muita conversa franca eram os antídotos. Nos casos de agressões físicas, a repressão e os esclarecimentos legais eram invocados. Pichações agressivas ganharam as feições artísticas do grafite. Assim, aos poucos, os antigos problemas começaram a mudar. As soluções partiam da própria comunidade.

## Agente de mudanças

Com a experiência, resgatou-se o papel da escola como agente de transformações sociais. Foi preciso mergulhar na situação em cada escola para localizar quais eram as matrizes geradoras da violência e tentar revertê-las. Por trás de atos violentos concretos ou simbólicos, a comunidade passou a ver causas que estavam camufladas mas que influíam no comportamento das pessoas.

“As relações entre a comunidade escolar e o seu entorno foram qualificadas e estreitadas”. A escola voltou a ser o lugar do “coletivo”, diz Teresinha

Cristina Reis Pinto, consultora responsável pelo relatório da ONU que recomendou os conselhos.

Segundo ela, os resultados da implementação dos conselhos nas escolas fizeram aumentar a confiança na justiça e mudaram o ponto de vista da comunidade em relação ao papel da polícia. “As pessoas passaram a enxergar também que o Ministério Público é um parceiro efetivo na busca de soluções para a comunidade”, explica a especialista. Para realizar a avaliação, a consultora se baseou em visitas às escolas e entrevistas com estudantes, professores, diretores e policiais.

## Resultados

Entre os principais resultados obtidos com a experiência-piloto relatados pela ONU está o fortalecimento da gestão democrática do ensino. “Ampliou-se a participação da comunidade em espaços de discussão e tomadas de decisão no cotidiano escolar”, diz o documento do UNODC. O texto também aponta como fruto do projeto a melhoria das relações interpessoais na escola. Com isso, houve

diminuição dos casos de agressão entre os alunos e dos casos de depredação do patrimônio comum.

Por outro lado, observou-se o incremento do número das ocorrências policiais nas delegacias próximas às escolas. A explicação está no fato de que as pessoas passaram a confiar mais na polícia e buscaram ajuda em diversos casos.

Os conselhos de segurança também ajudaram a incluir pessoas consideradas marginalizadas no meio da comunidade escolar. A reintegração deu-se por meio de atividades socioesportivas e culturais, que traziam de volta para ao convívio comunitário quem estava se distanciando por motivos os mais diversos.

## Drogas

Assim como a maioria das escolas públicas do DF, as cinco unidades que serviram de base para o projeto dos conselhos de segurança enfrentavam problemas relacionados às drogas: aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas entre os jovens, tráfico nas imediações da



escola e agressões decorrentes do abuso das substâncias entorpecentes.

Para abordar o problema, os conselhos buscaram ajuda de especialistas. Profissionais da área de saúde, psicólogos, policiais e educadores começaram a discutir em conjunto os casos que chegavam ao conselho. Viu-se que havia muitos mitos e que a informação e a conversa franca eram o melhor remédio.

O esclarecimento fez com que muitos alunos reorientassem suas experiências pessoais e revissem comportamentos que estavam levando à adição de drogas. Até mesmo pais de alunos que se alcoolizavam foram sensibilizados a mudar de atitude em benefício de si mesmos e das famílias. O documento das Nações Unidas fala de uma redução de até 30 por cento dos casos de alcoolismo entre familiares dos alunos das escolas que aderiram ao projeto-piloto.

### “Agora somos ouvidos”

Até parece novidade. Mas, depois de passarem pela experiência dos conselhos de segurança, educadores

e pais de alunos mudaram a forma de ver seus educandos. Ou melhor, mudaram a forma de ouvi-los. É o que constata o documento da ONU que avaliou o modelo aplicado nas escolas do DF.

Segundo o relatório, o fato de o conselho querer sempre ouvir primeiro os alunos nas questões que afetavam o dia-a-dia da comunidade escolar reflete uma “nova” postura. A atitude inaugurou, para a maioria dos alunos, a experiência da cidadania. Ser ouvido, não mais que isso, já é para os alunos que passaram pela experiência dos conselhos um grande passo que os fez acreditar que suas idéias podem sim ser definitivas na mudança – para melhor – dos rumos da sociedade.

A partir da experiência-piloto foi criado no âmbito do Ministério Público o Grupo de Apoio à Segurança Escolar, instituído por meio da Portaria n.º 788, de 29.06.2005,

com o objetivo de ampliar, em nível institucional, os trabalhos do MPDFT no planejamento e apoio a uma atuação sistêmica de promoção à segurança escolar, restando, nesse passo, imprescindível a mobilização de membros e servidores lotados nas Promotorias de Justiça das Regiões Administrativas para a persecução desse propósito.

Já aderiram ao projeto as circunscrições de Taguatinga, Brazlândia e Santa Maria, com a formação de novos Conselhos de Segurança Escolar que, no mês de maio (15 a 19), participaram de curso de capacitação promovido pelo MPDFT na ESMPU. A Vara da Infância atuará como parceira nessa nova etapa do projeto.



## Gestão Ambiental no MPDFT: inclusão social



Arte: DMA/DPS/SIS

Imagine quase três toneladas de papel. Imaginou? Pois é. Foi essa a quantidade de papel recolhida em apenas um mês da campanha de coleta de material reciclável realizada pelo Programa de Gestão Ambiental do MPDFT no ano passado. Essa montanha de papel teria ido parar no lixo se não fosse a iniciativa do recolhimento e a destinação para a reciclagem. Além de poupar a vida de 174 árvores adultas, o papel usado também vai ajudar a completar a renda de mais de cem

famílias que moram na Estrutural e vivem da coleta. As famílias uniram-se na Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – Cortrap e agora são parceiras do MPDFT. Um convênio assinado entre a instituição e a cooperativa em janeiro deste ano formalizou a doação do papel para os catadores.

Para o presidente da Cortrap, Janilson Andrade Santana, a decisão contribuirá para a inclusão econômica e social de cerca de 600 pessoas que estão envolvidas diretamente com a coleta dos recicláveis. O Programa de Gestão Ambiental do MPDFT começou há três anos com o objetivo de combater o desperdício e conscientizar o público

interno sobre a importância da geração mínima de resíduos.

Só para se dar uma idéia da economia que se faz por meio da campanha, entre setembro de 2002 e março de 2005, foram recolhidos 1 milhão e 700 mil copos plásticos de água apenas no edifício-sede. Se fossem colocados lado a lado, os copos formariam uma linha de mais de sete quilômetros de extensão. Recolhidos e destinados de maneira adequada, os copos

já não serão uma ameaça ao meio ambiente. Jogado na natureza, um copo plástico levaria cerca de 500 anos para desaparecer.

Além de coletar e destinar corretamente os materiais recicláveis, o programa também orienta o público sobre o consumo interno de recursos naturais. Os equipamentos hidráulicos e elétricos das edificações construídas pelo MPDFT em todo o Distrito Federal são escolhidos conforme os critérios de menor desperdício de água e energia elétrica. Sensores de presença ajudam a consumir menos energia elétrica. Torneiras com sistema de fechamento automático evitam o desperdício de água.

### Campanhas

Para fazer as idéias chegarem ao público, o Programa de Gestão Ambiental realiza uma série de campanhas destinadas a conquistar os servidores para as práticas de uso racional dos recursos naturais. O mascote da campanha é o personagem Lampadinha, criado





pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT. Com suas idéias 'brilhantes', Lampadinha está em *folders* e cartazes espalhados por todos os setores da instituição.

Para ajudar na coleta, o Programa de Gestão Ambiental distribui também coletores especiais de papel – jornal, papelão, revistas, envelopes, cartões e papel em branco descartados. O coletor

de copos descartáveis tem contêineres adequados para copos de água e cafezinho. O programa também passa por reciclagens. Seminários e discussões internas entre os participantes do programa ajudam a avaliar as ações e traçar novas linhas de atuação. O programa é gerido pelo Conselho de Gestão Ambiental que reúne os chefes do DRH, do DAE e do DAA.



Foto: Embrapa

Economia de papel evita o corte de árvores e gera recursos financeiros

Assinatura do convênio, pelo presidente da Associação dos Catadores, Janilson Andrade Santana, pela promotora de justiça Tânia Gonçalves e pelo diretor-geral, em exercício, Marcos César Moreira Giraldes.

## Programa de Gestão Ambiental do MPDFT lança segunda fase de campanha de conscientização

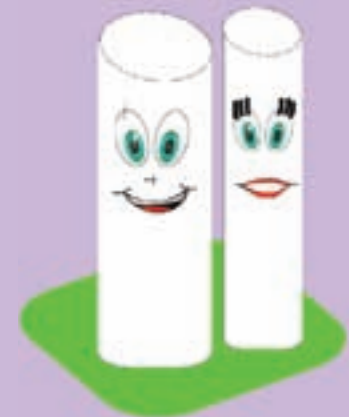


Faça a sua parte: use os coletores de papel e de plástico corretamente. Este é o slogan da segunda fase da campanha do Programa de Gestão Ambiental do MPDFT, que pretende orientar membros e servidores como utilizar os coletores de papel e de copos plásticos que se encontram nas dependências da instituição. Os coletores de

papel, que são pequenas caixas de papelão disponíveis em todos os setores do MPDFT, só podem receber jornais, papelão, revistas, envelopes, papel cartão e branco. Os coletores de copos plásticos de água e de café ficam localizados ao lado dos bebedouros.

O Programa de Gestão Ambiental do MPDFT aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em dezembro de 2003 e, desde então, realiza ações com o objetivo de inserir essa nova cultura no meio institucional. A

campanha foi criada pela Assessoria de Comunicação Social em conjunto com o Departamento de Modernização Administrativa.





# Direitos Humanos

## *Já estão funcionando os núcleos de crianças, contra a di*

**O** ano de 2006 começa com um novo desafio para o MPDFT. O órgão acaba de criar três núcleos para promover a defesa dos direitos humanos. O primeiro destina-se ao enfrentamento à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. O segundo tratará dos temas ligados ao gênero, a partir da experiência da Pró-mulher. O terceiro se dedicará ao problema da discriminação contra minorias, incluindo questões de raça, origem e orientação sexual. Ao tomar essa iniciativa, a instituição se insere no contexto internacional de defesa dos direitos da pessoa humana, ao mesmo tempo em que busca trazer para o âmbito do Distrito Federal a implementação dos princípios do Estatuto dos Direitos Humanos previstos na Constituição Federal.

“Os núcleos propõem e desenvolvem ações, programas e atividades, em parceria com organizações da sociedade civil e do Estado, que promovam o reconhecimento e efetiva implementação dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes e das diversas pessoas discriminadas, atividade que dificilmente se consegue exercer no cotidiano das promotorias”, explica a promotora de justiça Luisa de Marillac Passos Pantoja, assessora da Procuradoria-Geral do MPDFT.

Assim que foram instalados oficialmente no final do ano passado pelo procurador-geral, Rogerio Schietti, os promotores responsáveis pelas respectivas áreas começaram a mapear a situação e a definir a melhor forma de agir. A promotora de justiça Alessandra Elias de Queiroga, do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação já atua em dois casos de discriminação racial que chegaram ao MPDFT no ano passado e que foram absorvidos entre as ações do novo núcleo. Isso é só o começo.

“À medida que divulgarmos nossa atuação, a sociedade deve nos demandar muito, assim espero”, disse a promotora. Segundo ela, a questão da discriminação no Brasil é tão arraigada na cultura que, provavelmente, o núcleo coordenado por ela tenha que se subdividir em outros no futuro. Além da discriminação em relação à cor, muito mais comum no Brasil do que se imagina, Alessandra Queiroga aponta outras formas de preconceito que também ferem a dignidade humana e que deverão ser tratadas no âmbito do núcleo de direitos humanos: origens étnicas diferentes da maioria, religiões divergentes das tradicionalmente aceitas e a discriminação por orientação sexual.

A promotora de justiça Juliana Santilli será a responsável pela coordenação do núcleo que tratará das questões ligadas ao gênero.

# os na pauta do MPDFT

## enfrentamento à violência e à exploração sexual de discriminação de minorias e de gênero

“O conceito de gênero implica em uma relação em que há uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo, razão pela qual se diz que as relações de gênero são relações de poder”.

A atuação do núcleo deve estar voltada para a redução das desigualdades, a partir de um questionamento crítico sobre as idéias que a sociedade – sobretudo os operadores do direito – cria sobre o que é masculino e o que é feminino, ou seja, as chamadas representações de gênero.

De acordo com Juliana Santilli, a igualdade entre homens e mulheres é reconhecida pela Constituição Federal (art. 5º, I), mas a ideologia patriarcal e as desigualdades socio-culturais existentes entre os sexos ainda repercutem na vida pública e privada, gerando discriminações contra as mulheres nas diferentes áreas da vida humana e impedindo o seu desenvolvimento pleno.

“O Brasil já assinou e ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, seu Protocolo Facultativo, bem como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Compete ao MPDFT zelar pelo cumprimento dos referidos instrumentos internacionais no âmbito do Distrito Federal”, acrescenta.

### Prioridade

O Núcleo de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes terá três promotores de justiça: Anderson Andrade, Oto de Quadros e Andréa Chaves. O núcleo tem importância fundamental na perspectiva das metas e prioridades do MPDFT. A instituição se autincumbiu da responsabilidade de ser uma das entidades a zelar pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Distrito Federal. A criação

---

***Ao tomar essa iniciativa, o MPDFT se insere no contexto institucional de defesa dos direitos da pessoa humana***

---

de um núcleo de direitos humanos para cuidar desse tema redimensiona e amplia as intenções da instituição em relação ao assunto, considerado prioridade na pauta da instituição.

O núcleo buscará novas formas de abordagem para o enfrentamento da violência e exploração sexual contra a criança e o adolescente, articulando mecanismos de prevenção desses crimes. No âmbito interno da instituição, procurará fomentar e propor mecanismos e procedimentos para evitar a vitimização secundária de crianças e adolescentes vítimas de crimes. O núcleo receberá denúncias

da comunidade e encaminhará as que já estão na Promotoria da Infância e da Juventude, enviadas pelo Disque-Denúncia Nacional: 0800-990500.

“O tamanho e a complexidade do problema da violência contra crianças por si só justifica a criação de instâncias especializadas para tentar solucioná-lo”, afirma o promotor de justiça Anderson Andrade. Segundo ele, a violência pode ser física, psicológica, sexual ou mesmo a negligência. “A violência não escolhe classe social e atinge milhões de crianças. Por acontecer principalmente no âmbito doméstico, também atinge as mulheres, objeto de preocupação refletida na criação do núcleo que tratará das questões de gênero, criando uma interdisciplinariedade entre os núcleos”, explica.

O UNICEF, órgão das Nações Unidas para a Infância e Juventude, registra que, diariamente, cerca de 18 mil crianças são espancadas no Brasil. “Se dividimos esse número pela população e aplicamos ao DF, chegaremos a cerca de 200 casos por dia em nossa unidade da Federação”, explica Anderson Andrade. O SOS Criança-DF, responsável por receber denúncias de violência contra a criança, contabiliza cerca de 300 denúncias de maus-tratos por mês. De acordo com os dados do Disque-Denúncia Nacional sobre Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, no período de maio de 2003 a janeiro de 2005, foram recebidas aproximadamente 13.200 denúncias.



## Atuação institucional fortalecida



O procurador-geral de justiça, Rogerio Schietti, durante a solenidade de criação dos núcleos de DH

Em 2005, o MPDFT instituiu a Comissão de Direitos Humanos com a atribuição de estudar mecanismos de articulação entre as promotorias e procuradorias de justiça que atuam nas áreas relacionadas aos direitos humanos e apresentar proposta para fortalecer sua atuação na proteção, promoção e defesa desses direitos.

Os núcleos de direitos humanos foram pensados nesse contexto. Embora todas as procuradorias e promotorias do MPDFT lidem essencialmente com questões de direitos humanos, verificou-se a necessidade de estabelecer uma política institucional que integrasse todas

as atuações do MPDFT na área. Por isso, não se pensou na criação de novas promotorias, que concorreriam com as demais já existentes no

***A preocupação do MPDFT com direitos humanos decorre da essência das funções constitucionais do Ministério Público de defender interesses sociais e individuais e de zelar pelo respeito aos direitos assegurados na Constituição.***

tratamento do tema, e sim na criação de núcleos, integrantes do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, que podem fazer a articulação das

diversas atuações existentes consolidando uma política institucional.

A iniciativa nasceu das demandas que são percebidas no trabalho cotidiano do MPDFT, bem como no convívio em sociedade. A preocupação do MPDFT com direitos humanos decorre da essência das funções constitucionais do Ministério Público de defender interesses sociais e individuais indisponíveis e de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição. Essa preocupação foi materializada pela instituição da Comissão de Direitos Humanos.

A escolha dos três temas dos núcleos (violência e exploração sexual contra criança e adolescente, gênero e discriminação) se deve à relevância social dos mesmos, bem como ao fato de serem temas que compunham incidentalmente a pauta de atuação de várias promotorias concomitantemente, necessitando de uma atuação articuladora que enfatizasse a ação do MPDFT no tratamento dessas questões.

A existência dos núcleos não retira a normal atribuição das promotorias de justiça de tratarem esses temas, mas fortalece essa atuação na medida em que os núcleos prestam apoio às promotorias,



subsidiando-as com os resultados de articulações com outros setores internos do MPDFT e com outros órgãos. Basta dizer que os núcleos têm como atribuição a propositura e desenvolvimento de ações, programas e atividades, em parceria com organizações da sociedade civil e do Estado, que promovam o reconhecimento e efetiva implementação dos direitos das mulheres, das crianças,

dos adolescentes e das diversas pessoas discriminadas, atividade que dificilmente se consegue exercer no cotidiano das promotorias.

A atualidade e urgência das três questões escolhidas podem ser constatadas nas notícias da mídia, nas discussões sociais e nos debates de direitos humanos. E a necessidade de núcleos nesses temas se justifica para consolidar uma

política institucional de atuação, uma vez que nenhuma promotoria de justiça centraliza qualquer dessas questões, que estão difusas na atuação de vários órgãos do MPDFT. Por exemplo, a questão da discriminação pode ser o pano de fundo de vários crimes tratados na esfera de promotorias criminais, especiais criminais ou infracionais da infância e da juventude.

## Ambiente especial para o debate sobre Direitos Humanos

O Espaço Humanidade foi criado em dezembro de 2005 para abrigar eventos do MPDFT na área de direitos humanos. Localizado no térreo do edifício-sede do MPDFT, conta com painéis inscritos com trechos de tratados e declarações internacionais versando sobre temas como igualdade, liberdade,

tolerância, solidariedade, meio ambiente e educação. A criação do Espaço Humanidade vem se somar a uma série de ações por parte do MPDFT para ampliar a proteção e salvaguarda dos direitos humanos.

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o Espaço abrigou o primeiro Círculo de Leitura

realizado pela instituição. O evento foi conduzido pelo ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, que falou sobre a mulher em nossa sociedade. Estiveram presentes membros, servidores e convidados, que participaram ativamente das “provoações” suscitadas pelo ministro.



O Espaço Humanidade fica no térreo do edifício-sede



Ministro Carlos Ayres inaugura o 1º Círculo de Leitura do MPDFT

Especial

## “Política de Direitos Humanos qualifica a instituição”



Guilherme de Almeida

**MPDFT: O Estado brasileiro, de um modo geral, não tem sido muito tímido em suas ações e políticas de direitos humanos?**

**G. A.:** A Constituição brasileira de 1988 tem o maior e mais consistente rol de direitos e garantias individuais da história de nossa República. Mas, apesar do avanço de termos desde o ano de 2003 uma Secretaria Especial de Direitos Humanos diretamente ligada à Presidência da República, isso ainda não significou uma presença transversal do tema na maior parte das ações governamentais. Além de pensarmos na dimensão federal da promoção dos direitos humanos, é preciso vislumbrar a possibilidade de atuação no âmbito estadual e municipal.

**MPDFT: Qual é a dificuldade em se caminhar na direção dos direitos humanos como uma política pública que repercute diretamente na vida do cidadão?**

**G. A.:** A primeira dificuldade é de ordem histórica, já que o Estado brasileiro mostra sua presença de forma mais constante por meio

**Coordenador de Direitos Humanos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD em Brasília, Guilherme Assis de Almeida é Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, pesquisador e autor de livros e teses que tratam de temas ligados aos Direitos Humanos e à Violência Urbana. Leia os principais trechos da entrevista concedida ao MPDFT em Revista.**

da violação dos direitos humanos do que de sua efetiva proteção. A segunda dificuldade diz respeito à forma de afirmação dos direitos humanos. Importante esclarecer que os chamados “resultados” da proteção dos direitos humanos não são imediatos (estando numa dimensão diversa do tempo midiático), demorando – em alguns casos – uma ou duas gerações para mostrarem suas conquistas. Direitos humanos são uma ética de princípios e não de resultados, o que, muitas vezes, desestimula os políticos ligados ao tempo midiático a adotarem como política pública.

**MPDFT: Qual é a relação entre direitos humanos e desenvolvimento?**

**G. A.:** O desenvolvimento é um processo de expansão de capacidades. Essa expansão se dá por meio do exercício da liberdade. É no exercício dessa liberdade que a pessoa humana desfruta daqueles direitos humanos que lhe são garantidos na letra da lei. Isso nos leva a dizer que o desenvolvimento é – simultaneamente – a condição inicial para o gozo

dos direitos humanos e também seu objetivo final, uma vez iniciado seu processo de desfrute.

**MPDFT: Como disseminar o ideário dos direitos humanos nas instituições públicas do Brasil?**

**G. A.:** É seguir o exemplo do MPDFT e implementá-lo no seio da própria instituição. Outro caminho complementar a esse é a percepção de que as políticas de promoção e proteção dos direitos humanos incrementam e qualificam a capacidade de atuação da própria instituição.

**MPDFT: Onde as instituições podem buscar apoio para se inserirem no contexto mundial de defesa dos direitos humanos?**

**G. A.:** O apoio deve ser buscado junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH e nas outras agências do sistema ONU no Brasil, bem como no conhecimento, divulgação e prática dos principais tratados do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

# Núcleo Regional de Informação sobre Deficiência: acesso à inclusão social

## O Nurin criou uma rede de informações que orienta as pessoas a procurar apoio

Informação. Essa é a porta de entrada para a inclusão social de cerca de 276 mil pessoas com deficiência física, mental, visual, motora e auditiva que vivem no Distrito Federal. Por meio do Núcleo Regional de Informação sobre Deficiência/Nurin – ligado à Promotoria de Defesa do Idoso e Portadores de Deficiência/Prodide – o MPDFT garante acesso à informação

qualificada que liga os portadores de deficiência ao universo dos direitos sociais. Modelo em termos de legislação sobre o tema, o Brasil garante uma infinidade de leis que podem ajudar os portadores de deficiência a viverem melhor. Com a conscientização do grupo alvo de seu trabalho, o Nurin quer que esse direito se concretize.

Com um *site* adaptado aos deficientes visuais, o Nurin consegue estabelecer uma rede de informação que orienta as pessoas com algum tipo de deficiência a procurar apoio em situações que vão desde



Lilia Novaes de Oliveira

lestras e assessoramento especializado para promotores de justiça, advogados, organizações governamentais e civis”, orgulha-se Lilia Novaes de Oliveira, gerente do Nurin. Com deficiência física que a impede de se locomover normalmente, ela comanda tudo a partir de sua cadeira de rodas. “Aqui não tem burocracia”. Basta um ofício e nós vamos

a discriminação até a necessidade de equipamentos urbanos e políticas governamentais de inclusão social. O núcleo tornou-se uma

**“Cerca de 14% da população do DF é formada por pessoas com deficiência”**

referência nacional e internacional em relação aos direitos das pessoas com algum tipo de deficiência.

“Somos chamados para dar pa-

onde há necessidade de informação para esclarecer a população.

Com esse entusiasmo, Lilia acredita que, com a iniciativa de criação e manutenção do Nurin, o MPDFT demonstra amadurecimento em relação ao assunto que afeta, só no DF, cerca de 14% da população. “Para a equipe do núcleo, não há dificuldade que nos impeça de trabalhar.” O núcleo atende à população pessoalmente, por telefone, *e-mail*, carta e fax. O *site*, porém, é um dos meios de contato do público que possui o maior alcance. ([www.mpdft.gov.br/nurin](http://www.mpdft.gov.br/nurin))

Nele, o público pode conhecer toda a legislação que trata dos portadores de deficiência no âmbito local, nacional e internacional. Além de atender ao cidadão diretamente interessado no tema, o *site* também é porta de acesso para estudiosos e pesquisadores que se dedicam ao assunto.

Para os promotores de justiça, o Nurin é uma ajuda e tanto. Membros do Ministério Público do DF e de vários estados brasileiros encontram no núcleo o apoio de que necessitam para mover ações e processos de investigação preliminares nas diversas áreas.

“Há 15 anos, não havia informação sistematizada, concisa e exata que pudesse garantir atendimento especializado nesses casos”, lembra Lilia de Oliveira. O Nurin está associado ao Sistema Nacional de Informação sobre Deficiência - Sicorde, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O sistema é descentralizado e possibilita a cada unidade da federação reunir, tratar e difundir as informações referentes às pessoas com deficiência em cada estado, oferecendo à população local a possibilidade de conhecer a legislação estadual e informações úteis à sociedade. O sistema possui informação com definição de bases de dados com a legislação mundial, ajudas técnicas, bibliografia e capacitação na área de reabilitação e atendimento de pessoas com deficiência.

Esse aparato de informação associado em rede se fortalece junto a instituições nacionais e internacionais de defesa dos direitos dos portadores de deficiência e garante o apoio teórico, técnico e conceitual para a elaboração de políticas públicas afirmativas para o segmento. A manutenção dessas políticas para a vida dos cidadãos com necessidades especiais é uma das metas do MPDFT ao incentivar a manutenção do Nurin.

“De acordo com a Organização das Nações Unidas, são políticas dessa natureza que colocam o Brasil entre os países com melhores expectativas em relação aos direitos dos portadores de deficiência”, afirma Lilia Novaes.

## Pessoas com deficiência

De acordo com o pesquisador e consultor de inclusão social, Romeu Kazumi Sassaki, a tendência é no sentido de parar de dizer ou escrever a palavra “portadora” (como substantivo e como adjetivo). A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. “Ela tem uma deficiência”, diz ele. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa. “Por exemplo, não dizemos nem escrevemos que uma pessoa é portadora de olhos verdes ou pele morena”, compara.

Autor do livro *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*, Sassaki esclarece que uma pessoa só porta algo que ela possa não portar, deliberada ou casualmente. Por exemplo, uma pessoa pode portar um guarda-chuva se houver necessidade e deixá-lo em algum lugar por esquecimento ou por assim decidir. “Não se pode fazer isto com uma deficiência, é claro.”

## Fraternidade

A Campanha da Fraternidade de 2006 tem como tema aqueles que possuem deficiências físicas ou mentais. De acordo com o bispo auxiliar





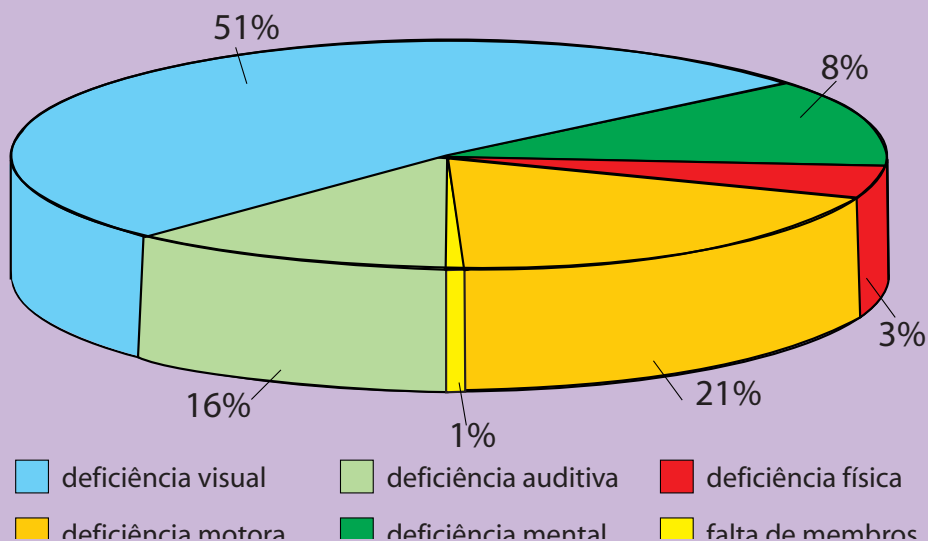
de São Paulo, Odilo Pedro Scherer, a campanha deste ano será ocasião “para uma grande tomada de consciência sobre a realidade geralmente não fácil enfrentada pelas pessoas com deficiência. Será objetivo da campanha promover em relação a elas atitudes fraternas e ações voltadas para uma verdadeira cultura da solidariedade humana e da fraternidade cristã, que se traduza em leis justas e políticas públicas adequadas para favorecer o reconhecimento de sua dignidade e seus direitos”.



No DF, existem cerca de 276 mil pessoas com deficiência. O grupo representa 14% da população local, conforme os dados do IBGE. Desse total, 51% deles são deficientes visuais; 21% apresentam deficiência motora; 16% têm algum tipo de problema auditivo; 8% possuem defici-

ência mental permanente; 3% têm deficiência física tipo tetraplegia e outros e 1% sofrem com falta de um membro do corpo. No Brasil, 15% da população brasileira estão entre os portadores de algumas dessas categorias acima. Isso equivale a cerca de 24 milhões e 600 mil pessoas.

### Distribuição percentual do nº de pessoas com deficiência



## Para entrar em contato na busca dos direitos

### Promotoria de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência

Ed. Sede do MPDFT – Praça Municipal 02, 1º andar – sala 102/110  
Cep: 70.075-900  
Fones: 3343 – 9414 / 3343 – 9960 / 3343 – 9772  
Fax: 3343 – 9685

### Núcleo Regional de Informações

[www.mpdf.gov.br](http://www.mpdf.gov.br)  
Fones: 3343 – 9960/ 3343 – 9772  
Fax: 3343 – 9685

### Delegacia da Criança e do Adolescente

EQN 204/205 AE  
Cep: 70842-400  
Fones: 3347 – 0100 / 3347 – 6978

### Disque Denúncia

Fone: 3323 – 8855

### Polícia Civil

Fone: 147

### Para saber mais:

Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos (3.ed., Rio de Janeiro: Editora WVA, 1999 – R\$ 40,00



## MPDFT introduz inovações nos cursos para novos promotores de justiça

Os promotores de justiça do MPDFT recebem agora um novo tipo de treinamento ao entrar na instituição, com enfoque no lado humanístico. Para a coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPDFT, a procuradora de justiça Suzana Toledo, “hoje em dia, os promotores devem ter uma formação que transcende o conhecimento técnico”.

Em novembro do ano passado, os vinte e um novos promotores-adjuntos, aprovados no 27º concurso da carreira do MPDFT, já participaram da experiência. O novo formato foi idealizado pela Assessoria de Política Insti-

tucional, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e pela Corregedoria da Instituição.

O objetivo principal foi a formação de uma identidade dentro da instituição, além de refletir sobre a responsabilidade social e os aspectos éticos que envolvem o exercício do cargo. Tudo isso sem deixar de lado o conteúdo jurídico com foco inicial na área criminal, necessário para que os novos membros possam ter mais segurança no começo de suas carreiras.

O promotor de justiça Rodolfo Krause, que veio do Rio de Janeiro, acredita que o curso cumpriu com o objetivo de fazer com que os novos membros resgatassem o

lado mais humano do trabalho do Ministério Público. Ele destacou as atividades desenvolvidas no Spa Zen, no qual além das dinâmicas de grupo, a Assessoria de Política Institucional apresentou aos novos colegas o projeto Diálogos, que vem ao longo da atual administração, discutindo estratégias para o futuro da instituição.

Para o colega Paulo Benedito, as palestras conjugaram informações técnicas com a questão humanística, o que a seu ver, auxilia tanto na vida profissional como nos relacionamentos em geral. Benedito disse que as palestras que mais chamaram a sua atenção foram a do ministro do STF Carlos Ayres de



Britto – *Justiça com Sentimento; O ser humano e o Poder*, do psicólogo Jorge Ponciano e *Despertando para a importância do trabalho coletivo – A percepção do outro*, da psicóloga Lydia Rebouças. “Enfocando o trabalho coletivo, apesar do nosso ser individual, temos que ter a noção de que somos um corpo e o nosso trabalho repercute em toda a instituição”, defendeu.

A palestra sobre as experiências comunitárias do MPDFT mostrou à promotora Amanda Tuma, de Londrina, que os integrantes do Minis-

tério Público podem desenvolver outros projetos e não só atividades jurídicas. Amanda ressaltou que “os promotores não deixam de ser servidores públicos que estão aqui para atender a comunidade”.

Dentro da nova proposta, os promotores de justiça terão encontros mensais, em pequenos cursos e seminários promovidos pela instituição visando a mantê-los sempre atualizados em relação à doutrina jurídica, mas também preocupando-se com a integração dos colegas.



## MPDFT promove seminário internacional para debater justiça criminal

Devido ao aumento dos índices de violência urbana e aos novos riscos decorrentes do desenvolvimento tecnológico, o direito penal está cada vez mais presente na sociedade contemporânea; enquanto as discussões sobre a eficiência do poder punitivo do Estado e os limites da aplicabilidade de políticas criminais alternativas estão na ordem do dia entre os operadores do direito. O *Seminário Internacional do MPDFT – Justiça Criminal: Desafios e Perspectivas*, que acontecerá no auditório do MPDFT entre 31 de maio e 2 de junho de 2006, tem como objetivo estimular o debate sobre aspectos jurídicos, éticos e sociológicos de temas relacionados ao funcionamento do sistema



de justiça criminal, apresentando algumas das principais questões referentes ao direito penal na atualidade sob uma perspectiva atual, crítica e desafiadora.

Organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPDFT, o seminário vai consolidar, no âmbito do MPDFT,

um espaço para reflexão sobre o sistema de justiça criminal. Os temas foram escolhidos com a preocupação de permitir ao público-alvo ter conhecimento, em visão multidisciplinar, das mais recentes doutrinas e experiências, no Brasil e no exterior, acerca de criminalidade urbana, criminalidade organizada e corrupção, entre outros temas, tendo como pano de fundo a atuação do Ministério Público. Entre os conferencistas encontram-se membros do Ministério Público da União, ministros dos Tribunais Superiores e grandes personalidades das ciências jurídicas e sociais.

As inscrições são gratuitas e podem ser efetuadas até o dia 23 de maio no *site* do evento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
Assessoria de Comunicação Social do MPDFT

Praça do Buriti, Lote 2, Eixo Monumental  
70091-900 - Brasília/DF -Tel.: 3343-9500  
[www.mpdft.gov.br](http://www.mpdft.gov.br)